
Deborah Guerner ainda não tem advogado para julgamento no CNMP

Na véspera do julgamento a que será submetida no Conselho Nacional do Ministério Público, a promotora Deborah Guerner não tem advogado constituído para defendê-la. Nessa terça-feira (17/5), o órgão volta a analisar a participação de Deborah Guerner e do ex-chefe do Ministério Público do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, em esquemas de corrupção e cobrança de propina para favorecer o ex-governador, José Roberto Arruda. Caso condenados, ambos podem ser demitidos dos cargos. As informações são da *Agência Brasil*.

O julgamento do CNMP está na metade e não há mais manifestações da defesa. O ex-advogado da promotora, Pedro Paulo de Medeiros, estará no julgamento para, caso necessário, ser nomeado seu advogado dativo. Ele deixou a defesa no último dia 5, após ela ter sido presa por fraudar exames médicos para ser considerada louca. A manobra permitiria que Deborah Guerner escapasse de punições mais severas caso fosse condenada pela Justiça.

"Estarei no CNMP por dois motivos. Primeiro, porque não quero que acreditem que o fato de eu sair do caso foi uma estratégia da defesa para adiar o julgamento. E segundo porque, assim como todos, acho que a história precisa ter um desfecho rápido", disse Medeiros.

Deborah Guerner e Leonardo Bandarra começaram a ser julgados pelo CNMP no dia 6 de abril, mas o pedido de vista do conselheiro Achiles Siquara suspendeu a sessão. Já havia sido registrado o voto do relator Luiz Moreira, que pediu a demissão de Bandarra e Deborah por cobrarem propina do ex-governador Arruda e por vazarem informações sobre a Operação Megabyte.

Mesmo que os conselheiros decidam pela punição máxima, os promotores ainda não poderão ser demitidos já que a demissão só pode ocorrer após decisão judicial definitiva que confirme a prática de crimes. Além do processo administrativo no CNMP, Bandarra e Deborah também respondem a ações criminais na Justiça Federal.

Date Created

16/05/2011